



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2012.0000482658**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Inquérito Policial nº 0271798-57.2011.8.26.0000, da Comarca de Itanhaém, em que , são investigados JOÃO CARLOS FORSELL NETO (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITANHAEM), BRUNO ALEXIS DE MENEZES e ELOISE CHRISTINE MARIANO ESTRIGA LOPES.

**ACORDAM**, em 10ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deferiram o pedido de arquivamento do Inquérito Policial em relação ao Prefeito João Carlos Forssel Neto e seus Secretários, bem como o pedido de encaminhamento para a Vara de origem para a análise dos fatos quanto aos outros investigados.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores NUEVO CAMPOS (Presidente), CARLOS BUENO, FRANCISCO BRUNO E RACHID VAZ DE ALMEIDA.

São Paulo, 13 de setembro de 2012

**Fábio Gouvêa**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Inquérito Policial nº 0271798-57.2011.8.26.0000

Comarca: Itanhaém

Investigados: João Carlos Forssell Neto  
(prefeito do Município de Itanhaém), Bruno  
Alexis de Menezes e Eloise Christine Mariano  
Estriga Lopes

Voto nº 27.076

**Vistos.**

Trata-se de inquérito policial  
instaurado para apurar eventual prática, pelos  
investigados, do crime previsto no artigo 317  
do Código Penal.

A douta Procuradoria Geral de Justiça  
opinou pelo arquivamento dos autos em face de  
João Carlos, entendendo inexistir indícios da  
prática de crime por parte do alcaide. Ademais,  
solicitou a remessa ao Juízo de origem para  
análise dos fatos quanto aos outros  
investigados.

É o relatório.

Como muito bem salientado pela D.  
Procuradoria Geral de Justiça, é o caso de  
arquivamento dos presentes autos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Com efeito, não há nos autos qualquer indício da prática de crime de corrupção passiva por parte do Prefeito, inexistindo notícia, inclusive, de que ele ou seus Secretários soubessem das condutas do funcionário municipal Bruno.

Assim, não se cogita, por ora, da participação de João Carlos no ilícito penal objeto de investigação.

Por fim, quanto aos demais investigados os autos devem ser encaminhados para o Juízo de origem para apreciação dos fatos em relação aos demais investigados Bruno e Elise.

Por esses motivos, acolhendo o parecer da Douta Procuradoria Geral de Justiça, meu voto defere o pedido de arquivamento do Inquérito Policial em relação ao Prefeito João Carlos Forssel Neto e seus Secretários, bem como o pedido de encaminhamento para a Vara de origem para a análise dos fatos quanto aos outros investigados.

**FÁBIO GOUVÊA**  
Relator